

ALUBAR METAIS E CABOS S.A.

(Continuação)



10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3 - Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 - Moeda estrangeira

(i) - Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção da diferença resultante na reconversão de passivo financeiro designado como proteção (hedge) do investimento líquido em uma operação no exterior, na medida em que o hedge seja efetivo.

(ii) - Hedge (proteção) de investimento líquido em operação estrangeira

A Companhia utiliza instrumentos de proteção (Hedge - SWAP) para diferenças de moedas estrangeiras oriundas entre a moeda da operação no exterior e a sua moeda funcional (Real), independentemente se o investimento líquido for mantido diretamente ou através de uma controladora intermediária.

3.2 - Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia, dependendo das condições individuais de cada contrato de venda.

3.2.1 - Critérios de mensuração da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber

A Administração da Companhia utiliza como premissa inicial análise de perda efetiva para constituição da provisão do contas a receber de clientes e adiamento de fornecedor para redução ao valor recuperável, tendo como foco de maior risco os saldos vencidos há mais de 180 dias de atraso e, baseada também nesse saldo, a Administração realiza a análise individualizada dos títulos quanto à recuperação para aferir o real valor da provisão a ser constituída.

3.3 - Benefício a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de saúde médico e odontológico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. A Companhia não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de longo prazo a empregados.

3.4 - Subvenções governamentais

A Companhia recebe incentivos da União na forma de redução do imposto de renda à base de 75%. O cálculo, na modalidade lucro da exploração, segue regras definidas por lei. A vigência atual do benefício é até o término do ano-calendário de 2021.

A Companhia também goza de benefícios do governo do Estado do Pará em relação ao recolhimento de tributos de sua responsabilidade. A forma prevista é de um percentual calculado a título de crédito

presumido a abater o saldo devido pelo faturamento. A validade do benefício é de 15 anos, contados a partir de setembro de 2010.

3.5 - Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita e despesas de juros;
- variações monetárias e cambiais;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.6 - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os saldos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado do exercício.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.7 - Estoques

Os estoques são mensurados pelo método do custo médio, cada unidade em estoque se altera pelas compras de outras unidades por um preço diferente, o método MPM (Média Ponderada Móvel ou Preço Médio Ponderado), o estoque é controlado permanentemente e, a cada aquisição de mercadorias, o cálculo de custos é feito. Se somam os custos do primeiro lote com os do segundo lote e divide-se pela quantidade total de produtos. Este controle faz com que o preço médio do patrimônio estocado ofereça uma rentabilidade mediana e segura, ou seja, o método de custo médio ponderado corresponde à ponderação entre os valores de estoques, de forma que sua valorização unitária corresponda a média de cálculo das entradas. Os produtos produzidos pela Companhia obedecem o método de custeio por absorção na valorização dos estoques.

3.8 - Participação em controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da Companhia, as informações financeiras da Controlada conforme informada no tópico 1.2, não estão sendo reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, como também, a Controlada não está sendo apresentada nas demonstrações financeiras da Companhia para fins de consolidação, uma vez que a administração entende que os saldos contábeis não são materiais e não influenciam a tomada de decisão dos usuários das demonstrações financeiras. Vide nota explicativa 17 para detalhes dos saldos em 31 de dezembro de 2017.

3.8.1 - Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

3.9 - Imobilizado

(i) - Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) - Custos subsequentes

Custo subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) - Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	4%
Instalações	5% a 10%
Máquinas e equipamentos	2% a 10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) - Obras em andamento

Obras em andamento representam os desembolsos realizados para investimentos na planta da Companhia. O custo inclui todos os gastos relacionados diretamente a projetos específicos que irão influir positivamente no seu desempenho operacional.

3.10 - Instrumentos financeiros

(i) - Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros

(Continua)